

Crise da Democracia e extremismos de direita

Esther Solano

MAIO DE 2018

■ Esta pesquisa busca entender o crescimento das novas direitas brasileiras, especialmente da extrema direita mais antidemocrática, simbolizada no pensamento do deputado Jair Bolsonaro. Apresenta os resultados de entrevistas em profundidade com simpatizantes do pré-candidato, nas quais foram mapeados os principais elementos de identificação dos eleitores com o discurso do Bolsonaro e faz uma análise empírica e teórica das condições do surgimento desse fenômeno no Brasil.

■ Para os entrevistados, Bolsonaro representa o tipo do político honesto em contraposição à “classe política corrupta”.

■ Consideram que, em uma alteração da ordem social, o “cidadão de bem” estaria desprotegido, seria a vítima abandonada e o criminoso estaria superprotegido pelo Estado. Segundo eles, as políticas públicas como Bolsa Família ou cotas raciais universitárias são negativas, porque fomentam a preguiça, o clientelismo e fazem do cidadão alguém passivo, que parasita o Estado. O self-made man é o modelo de sucesso.

■ Movimento negro, feminismo ou movimento LGBTQIA, são, para os bolsonaristas, grupos que sofrem preconceito, sim, mas estão abusando de seus direitos. Utilizam-se da vitimização, do mimimi para obter regalias do Estado e abalar os cidadãos que não pertencem a essas minorias.

■ Jovens identificam o Bolsonaro como rebelde, como uma opção política que se comunica com eles e se contrapõe ao sistema, como uma proposta diferente. Se nos anos 70, ser rebelde era ser de esquerda, agora, para muitos destes jovens, é votar nesta nova direita que se apresenta de uma forma cool, disfarçando seu discurso de ódio em formas de memes e de vídeos divertidos.

■ Vários dos entrevistados que proclamam seu voto em Bolsonaro, em 2018, admitiram ter votado no PT nos seus dois primeiros mandatos. Questionados sobre o porquê da mudança, a maioria coincide: Lula estava perto do povo, era carismático, alguém diferente dos políticos de sempre e era honesto. Hoje, essas pessoas adotam um forte discurso antipetista, fundamentado na retórica da corrupção do PT e na rejeição a muitas de suas políticas, das quais alguns já foram beneficiados, e mobilizam alguns argumentos muito parecidos para justificar o voto em Bolsonaro: proximidade, carisma e honestidade.

Sumário

Introdução	3
<i>Fatores conjunturais</i>	3
<i>Fatores estruturais</i>	6
Metodología	10
Resultados: quais são os argumentos para se identificar com Bolsonaro	11
<i>Segurança Pública</i>	11
<i>Direitos humanos para humanos direitos</i>	12
<i>Corrupção e antipolítica</i>	14
<i>Meritocracia e Vitimismo</i>	16
<i>Discurso de Ódio</i>	20
<i>A Direita Pop e Anti-Mainstream</i>	22
<i>Valores</i>	24
<i>De Lula a Bolsonaro</i>	25
Conclusões	26
Bibliografia	27



Esta pesquisa busca entender o crescimento das novas direitas brasileiras, especialmente da extrema direita mais antidemocrática, simbolizada no pensamento do deputado Jair Bolsonaro. O presente documento apresenta uma parte inicial teórica, que busca conceituar a crise democrática atual e a reorganização dos grupos conservadoras e novas direitas e, na segunda parte, apresenta os resultados de conversas em profundidade com simpatizantes do pré-candidato.

Introdução

Onda neoconservadora, *alt-right*, “nova direita”, crescimento da extrema direita, *trumpificação* da política, populismos de direita, crise das esquerdas. Rótulos para denominar a reorganização de grupos conservadores e/ou da direita radicalizada que tem abrangência mundial e, como não poderia ser diferente, com fortes reflexos no Brasil. As causas destes processos complexos são múltiplas e nunca poderiam ser reduzidas a uma variável unidimensional. Tentamos, porém, apresentar alguns aspectos teóricos que nos ajudem a entender o ressurgimento destes grupos que, não em poucas ocasiões, ameaçam a estabilidade democrática e os direitos mais fundamentais:

Fatores conjunturais

Para entender como a crise política brasileira deixa espaço à penetração das novas direitas, elencamos alguns fatores que incidem na instabilidade democrática nacional e favorecem a organização social e política das direitas brasileiras.

O processo de um impeachment ilegítimo no Brasil supõe uma ruptura dramática na estabilidade institucional, fragiliza intensamente a ordem democrática e acelera os processos de decomposição política. A anomia políti-

ca instaura-se no cotidiano, levando a uma degradação muito rápida e a uma perda de confiança das bases representativas da sociedade brasileira. A deterioração da conciliação lulista, uma imprensa hegemônica oligopolizada que, com frequência, se comporta mais como panfleto político do que como órgão informativo, a complicada governabilidade num Congresso com grande pulverização partidária e de matriz política conservadora, a absoluta falta de respeito com o processo democrático que muitos representantes políticos demonstraram ter, são fatores que intensificaram a crise política, em paralelo à crise econômica que o país atravessa e que é outro fator fundamental para entender o mal-estar social brasileiro. Altas taxas de desemprego e aumento da vulnerabilidade e precariedade para amplas camadas populacionais são fatores que potencializam o desgaste no tecido social. Por outro lado, os abusos de um judiciário hiperinflacionado e militante, que extrapola suas funções e invade o equilíbrio de poderes judicializando a política, e as dinâmicas *lavajatistas* da justiça penal do espetáculo, numa luta moralista, populista e punitiva contra a corrupção e que não respeita as garantias penais, transformam-se em importantes fatores de risco antidemocrático.

Nestes fatores conjunturais, não devemos esquecer que a reconfiguração social brasileira, como consequência da inclusão social promovida pelo petismo com a diminuição drástica da miséria, o aumento significativo das taxas de emprego, o crescimento de uma nova classe consumidora, modificando a morfologia das regiões periféricas do país, são elementos muito importantes para levar em consideração na análise do comportamento social brasileiro nos últimos anos. Esta mobilidade provocou novos comportamentos nas regiões que, previamente, estavam mais empobrecidas e que conseguiram ter níveis de renda



e formalidade maiores e, também, uma reação em boa parte das elites e, sobretudo, das tradicionais classes médias, que pensam seus privilégios ameaçados com a ascensão das camadas populares. A raiva antipetista tem um de seus fundamentos nesta reordenação social. Igualmente, o fato do PT ter se transformado no partido do governo durante um ciclo extenso afastou-o progressivamente das camadas populares, provocando novas preferências eleitorais em algumas destas novas classes consumidoras que, frequentemente, se autoenquadram como novas classes médias e se distanciam da identidade com o petismo

E como não mencionar a penetração das igrejas evangélicas, novas articuladoras da sociabilidade, especialmente nas periferias, que se configuram como um novo e importantíssimo ator social e político. Algumas delas, como a neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus, são grandes aliadas na disseminação dos valores capitalistas, a meritocracia e a individualização do esforço. Por outro lado, o crescimento da Bancada Evangélica fortalece o poder de representantes religiosos fundamentalistas no Congresso, dificultando a viabilidade das pautas progressistas.

No Brasil, esta conjunção de fatores, que cria a possibilidade política e social para os grupos neoconservadores e de direita radical, é acelerada e propiciada pelo contexto nacional que surge pós 2013 e se agrava em 2015 com as primeiras manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e que, até o momento, vai fertilizando o cenário para grupos populistas de direita que, em nome da luta contra a corrupção, aproveitaram a conjuntura para se colocarem como alternativa política. Em pesquisas anteriores¹, ficou demonstrado que o “antipetismo” foi o

grande fator de coesão e mobilização social, ao longo dos anos 2015-2017, nutrindo e aumentando a base de apoio de grupos populistas de direita como o Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua ou o próprio Jair Bolsonaro, que construíram boa parte de sua popularidade na ideia de que o PT seria o partido mais corrupto de Brasil e num ataque frontal, moralista, destrutivo e demagógico contra o Partido dos Trabalhadores. Durante as manifestações de 2015, organiza-se fortemente nas ruas e nas redes uma mobilização conservadora. É importante ressaltar que estes grupos se estruturaram em torno à demanda do impeachment e em protesto contra a corrupção petista, portanto, são grupos de fato heterogêneos, mas cuja identidade coletiva se define com base em um antipetismo muito presente. Para dar números a esta afirmação, aplicamos um questionário ao grupo manifestante do dia 26 de março de 2017 em apoio à Operação Lava Jato, para entender que pautas e posicionamentos sociais, culturais e morais tinham os manifestantes como denominador comum. Estes grupos, que se definem majoritariamente de direita (31.4%), centro-direita (17.4%) e conservador (47.3% muito conservador, 34.4% pouco conservador), responderam ao questionário de forma pouco coesa (34.8% concordam que a união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, 48.6% pensam que a escola deve ensinar valores religiosos, 57.2% que feminismo é machismo ao contrário). A unidade de respostas dá-se em torno de três questões: 1) punitivismo (82.6% apoiam o aumento de pena para punir criminosos, 84.6% apoiam a redução da maioria penal), rejeição aos programas sociais e de redistribuição de renda característicos das gestões petistas (82.2% pensam que o programa Bolsa Família estimula as pessoas a não trabalharem, 75.2% pensam que as cotas não são uma boa medida) e, fundamental-

1. <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf>



mente, no antipetismo (84.8% definiram-se como muito antipetistas).

Por outro lado, se nas primeiras manifestações de 2015 o antipetismo era o elemento mais evidente, o discurso de negação da política tradicional no seu conjunto e a rejeição ao partido político tradicional aumentam cada vez mais. Além do antipetismo, que aparece como grande fator de coerência, o discurso antipolítico, resumido nos slogans “faxina geral”, ou “que prendam todos” do movimento Vem pra Rua, está se transformando num importante fator de coesão para estes grupos conservadores. À pergunta “com qual partido político você se identifica”, nesta mesma manifestação, 72.9% responderam que nenhum, seguidos por 11.7% que escolheram o PSDB e 6.8% o Partido Novo. Os avanços da operação Lava Jato para outros partidos, além do PT, ajudaram a popularizar a imagem do político corrupto, de tal forma a ter quase uma relação de sinonímia entre os conceitos político e corrupto. Os partidos brasileiros são enxergados com desconfiança, negatividade e uma enorme distância simbólica.

Sem dúvida nenhuma, uma contribuição primordial para o crescimento de posturas antipolíticas tem sido a justiça do espetáculo promovida pela Operação Lava Jato. Um tipo de justiça na qual os conflitos são definidos e julgados jornalisticamente, com papéis confusos e sobrepostos entre imprensa e justiça. A imprensa tem atribuições que eram específicas dos tribunais (Rodriguez, 2000) e os julgamentos são televisados numa lógica de Big Brother. O controle da justiça é exercido pela imprensa, ou seja, uma entidade privada, e por uma sociedade que assiste à teatralização da justiça, teatralização que provoca, em última instância, anseios de linchamento em praça pública. Do Mensalão à Lava Jato, *show-business*, audiência, ibope são agora ele-

mentos desta justiça do espetáculo, na qual a atividade processual é cada vez mais midiática e certos juízes assemelham-se mais a pop stars.

Episódios como o levantamento do sigilo e a posterior disponibilização das escutas telefônicas do ex-presidente Lula com a presidente Dilma Rousseff pelo juiz Sergio Moro, no dia 16 de março de 2016, causando um terremoto nacional depois da divulgação pelo Jornal Nacional, com o evidente propósito de estimular a comoção pública e preparar o terreno social propício para a votação do impeachment, são exemplos inconfundíveis do ativismo judicial midiático *lavajatista*, atuando na dinâmica da espetacularização judicial. Da mesma forma, funcionaram as delações televisionadas de Joesley Batista, as quais, por horas, a população brasileira assistiu ao degradante teatro do empresário que, com uma postura de macho confiante, foi desvelando o segredo pós-democrático: a democracia é leiloada, comprada e vendida pelos grupos econômicos. Consequência direta desta sessão interminável de exorcismo televisivo foi o aumento do sentimento antipolítico na população. A luta contra a corrupção como um eficaz instrumento populista.

O político, que é percebido pela opinião pública como corrupto, passa por um processo de demonização. O político corrupto representa o “mal” e o juiz o “bem”, numa visão dualista e pseudo-religiosa da realidade. O corrupto, portanto, não representa mais um sujeito de direito ao qual deve ser aplicado o devido processo penal respeitando direitos e garantias. O “mal” tem de ser extirpado, aniquilado e, para isso, o devido processo penal incomoda. Note-se aqui que, para chegar ao rótulo de corrupto, não é necessária a chance da justiça. É no julgamento social e midiático, na justiça penal do espetáculo que se chega à conclusão da culpabilidade do su-



jeito. O julgamento é mero acessório depois da condenação por parte da opinião pública, mas espera-se dele uma atitude punitiva e exemplar.

Ao lado destas tensões, o nunca resolvido problema de segurança pública permanece sempre como uma porta de entrada aberta para os grupos de direita. A ausência de uma resposta competente para este assunto, durante os governos petistas, deixa em mãos de uma direita punitiva e demagógica, que insiste na guerra às drogas, no estado policialesco e na militarização da segurança pública. Como maior expoente desta política, a intervenção militar do Rio de Janeiro demonstra como a violência e a insegurança são fatores, que podem muito bem ser instrumentalizados política e eleitoralmente. Do lado de uma justiça do espetáculo, temos a segurança do espetáculo. Togas ou tanques nas televisões brasileiras. Populismo do judiciário, populismo militarista, ambos são enormes riscos para os bons rumos democráticos.

Fatores estruturais

A democracia em crise é uma afirmação que a ninguém mais surpreende. Uma crise multifacetada que tem como consequência o declínio das estruturas representativas tradicionais e um mal-estar geral com o funcionamento democrático atual. Vivemos em tempos nos quais a política nos é apresentada como algo prescindível, inclusive sujo, vergonhoso e é desejável a não profissionalização do político. Nossas possibilidades eleitorais, com frequência, são reféns ou de uma tecnocratização da política ou de uma política demagógica que manipula medos, emoções e afetos.

Por outro lado, as intensas e rapidíssimas transformações sociais, vividas nas últimas décadas, desafiam os esquemas clássicos de representatividade. A atual temporalidade,

acelerada por um imediatismo tecnológico e midiático, entra em confronto com o tempo político, o tempo representativo, muito mais demorado. Passamos da “democracia dos partidos” à “democracia das audiências” (Manin, 1997), com a substituição do espaço público de debate pelo protagonismo dos meios de comunicação de massa e com um eleitorado mais fluido, menos fidelizado, que se mobiliza muito mais por causas concretas do que por referências partidárias. Volatilidade, hipercomplexidade social, difusão de pautas e demandas, desagregação de grupos, pluralismos são as novas formas de sociabilidade e organização coletiva, incompatíveis com as clássicas estruturas representativas, muito mais rígidas, hierarquizadas e lentas. Uma cidadania mais crítica, mais informada, que se desconecta cognitiva e afetivamente do partido como estrutura intermediadora. Tudo isso junto com a centralidade cada vez maior da Internet, que produz novos padrões de sociabilidade e comportamento político. As formas de organização online e seu impacto radical na democracia, até com efeitos não esperados e muito desconcertantes como o fenômeno das *fake news* ou boatos virtuais ou a utilização de *Big Data* em campanhas eleitorais, para influenciar as preferências políticas do eleitor.

Tempos de “**dessacralização da política**”, de “ambiguidades de desintermediação” (Innerness, 2017), processos que provocam decepção com a dinâmica democrática tradicional. Autores, como Rossanvallon, caracterizam a democracia atual como uma democracia minimalista, uma democracia eleitoral, de autorização, mas não de exercício nem de apropriação, Democracias atrofiadas porque os partidos já quase não exercem a função de intermediação.

Evidentemente, um dos problemas não resolvidos da atualidade é a relação entre democra-



cia e neoliberalismo. Neoliberalismo como “a nova razão do mundo”, que atravessa todas as esferas da existência humana para além da econômica. O neoliberalismo como uma forma de existência, fabricação do ser humano (Laval, Dardot, 2017). Quando falamos de novas direitas, com frequência, estamos nos referindo a duas matrizes diferenciadas: neoliberal e neoconservadora. Tradicionalmente, estas duas matrizes apresentam-se como separadas e com formas de organização que caminham em separado. Ultimamente, porém, a ética neoliberal aproxima-se da ética neoconservadora, numa convergência, ao que parece, incoerente, mas muito frutífera (Weyland, 2003). Duas racionalidades inicialmente diferentes, mas aliadas numa dinâmica de poder (Brown, 2006). Reformas neoliberais drásticas, cortes dramáticos do orçamento público, estado mínimo, restrição dos direitos trabalhistas, propostas econômicas impopulares que precisam se legitimar ou se esconder sob discursos conservadores, que deslocam o centro do debate público. No Brasil, um claro exemplo é a dinâmica das guerras culturais fomentada pelo grupo neoliberal MBL (Movimento Brasil Livre), que insiste em polêmicas moralistas como as do Queermuseum ou a suposta pedofilia da exposição do MAM, a fim de aumentar sua base de apoio. Moralismo fundamentalista e inquisidor que se une a um discurso de negação e demonização da política tradicional. A política é vista e pensada de forma vergonhosa, desprezível, imoral. É a politização da antipolítica e o triunfo do “não sou político, sou gestor”.

Neste sentido, Crouch (2013) define **pós-democracia** como um sistema de fachada democrática, com instituições representativas que, na aparência, funcionam (na pós-democracia votamos, elegemos nossos representantes), mas, na verdade, por baixo desse exterior puramente formal, o sistema está totalmen-

te capturado pela lógica capitalista. Eis aí o paradoxo: uma democracia que funciona na aparência, mas cada vez mais esvaziada de conteúdo e sentido. A democracia vai sendo substituída pela *corporocracia*. As grandes decisões não são tomadas pelo “demos”, pelo “poder popular” e sim pelas grandes concentrações privadas de capital, que pensam a democracia como um instrumento para atingir maiores níveis de intervenção política e lucro. A democracia, portanto, passa a ser um acessório do capitalismo, que é o verdadeiro coração do sistema. O âmbito do poder decisório está totalmente afastado da população e fica na órbita das grandes empresas e oligarquias políticas. As formas autoritárias clássicas do século passado foram substituídas por formas despóticas muito mais sutis, pois vestem roupagens democráticas. A sofisticação do controle é muito mais elaborada, mas também mais perversa porque, por ser muito mais imperceptível, permite uma margem muito menor para a reação. Neste sistema, o capital é o centralizador de tudo. A ele tudo pertence e fora dele nada sobrevive. As condições de existência só se dão dentro do capital. As subjetividades se constroem dentro do capital e só dentro dele.

Anteriormente, falamos da crise econômica brasileira como um dos elementos para contextualizar a atual conjuntura de desencantamento coletivo. O ecossistema internacional de risco econômico permanente e a reestruturação do trabalho e dos novos padrões produtivos são alguns dos elementos centrais para entender as dificuldades das estruturas representativas tradicionais. Flexibilidade, hiperprodutivismo, *home-office*, estagiários de por vida, batalhões de trabalhadores em situação de exclusão social, precariedade, vulnerabilidade acelerada, milhões de pessoas descartáveis em situação de desemprego crônico. *The poor working class*, a **classe trabalhadora glo-**



balmente pauperizada. O autor pós-colonial Achille Mbembe explica este fenômeno, descrevendo como o neoliberalismo é a universalização da condição negra, transformando o Negro no paradigma de uma humanidade subalterna e expandindo sua condição (Mbembe, 2014). Esta condição provoca uma incerteza existencial permanente no trabalhador, que se sente cada vez mais inseguro, num processo de desenraizamento social. O trabalho é um dos eixos estruturantes das relações sociais. Com a degradação do mesmo, desestruturam-se também estas formas de sociabilidade, provocando uma dinâmica de desfiliação (Castel, 2005) desintegração e isolamento social. Porém, em paralelo, as estruturas clássicas de representatividade e luta coletiva trabalhista estão imensamente fragilizadas, assim como o conceito de classe como um fator de mobilização. A democracia de mercado, o cidadão transformado em consumidor, em *homo economicus*, a globalização da periferia. Estes elementos têm como consequência imediata o sofrimento psíquico da sociedade, porém, o sofrimento não se percebe como coletivo, produzido pelo capitalismo contemporâneo, e sim como individualizado, dando lugar a sentimentos de fracasso e culpa. A meritocracia toma o lugar da politização do sofrimento (Coelho, 2013).

Nesta ordem de coisas, os partidos políticos transformam-se em partidos decorativos, em máquinas profissionalizantes e hiperburocratizadas, cartelizadas, que perdem sua conexão ideológica, emocional e psicológica com o eleitor. O voto passa a ser mais um momento cartorial da vida do indivíduo, que não se sente representado por estas estruturas cada vez mais autocentradas, reféns da lógica das elites empresariais e absolutamente distantes da população. Crise de representação partidária que incide mais ainda nos partidos da esquerda tradicional, incapazes, muitas vezes,

de cumprir suas promessas de mais inclusão social e igualdade, amalgamando-se num “centro” político junto com a direita mais moderada, que descaracteriza as múltiplas diferenças partidárias entre eles, provocando reações nos extremos. O voto em Donald Trump, em Jair Bolsonaro, em Marine Le Pen é consequência desta vulnerabilidade existencial, na qual a pós-democracia nos joga. Os autoritarismos populistas e de extrema-direita oferecem respostas (simplórias e enganosas, mas respostas) a este desespero ontológico, a esta sensação de risco e medo global permanente e ao saudosismo conservador. As narrativas do muro, da islamofobia, do “bandido bom é bandido morto”, ganham força e expressividade numa realidade em que a pós-democracia oferece respostas existenciais insuficientes aos milhões de sujeitos descartáveis, pauperizados e fadados a um não-lugar, a um não-pertencimento sociopolítico.

Nos países periféricos, porém, esta crise democrática convive com traços de brutalidade autoritária, estado penal permanente e excepcionalidade legal contínua. No Brasil, as cadeias continuam tragando jovens negros pouco escolarizados num processo higienista de hiperencarceramento. O genocídio negro nas periferias, que tritura jovens descartáveis para o processo produtivo, convive ao lado de processos muito mais sutis de controle para aqueles que são peças da engrenagem do mercado. Para a população negra, o estado de exceção é permanente. São aqueles por quem ninguém chora, por quem não se tem luto coletivo (Butler, 2015). A democracia pós-escravidão, que foi negada ao negro por meio de processos de criminalização e precarização contínuos (Du Bois, 1956). Mbembe (2017), explica como, contrariamente à retórica democrática hegemônica, existe uma relação íntima entre **democracia e violência**, uma coexistência macabra entre democracia e extermínio, por-



que democracia e colônia sempre caminharam juntas. Instaura-se um estado de exceção em escala global, a guerra torna-se necessária para o funcionamento democrático, sobretudo a guerra colonial, que transforma as sociedades periféricas em sociedades de inimizade. Brutalidade e democracia não são excludentes na realidade pós-colonial. O inimigo torna-se a retórica que justifica todas as violências e o medo torna-se o argumento central da política. A desigualdade e o racismo estruturais são absolutamente incompatíveis com uma democracia de mínimos.

Hoje, dentro e fora da imprensa, todo debate político é dominado por um discurso que coloca temas morais como o combate ao homossexualismo e o endurecimento penal em primeiro plano e subordina as questões econômicas e sociais a essa visão de mundo punitiva. Estamos vendo, no Brasil e em outros países, uma expansão mundial das guerras culturais que tomaram os Estados Unidos a partir do final dos anos 1980. A antiga polarização, entre uma direita liberal que defendia a meritocracia baseada na livre iniciativa e uma esquerda que defendia intervenções políticas para promover a justiça social, passa a ser não substituída, mas crescentemente subordinada a um novo antagonismo entre, de um lado um conservadorismo punitivo, autoritário e antipluralista e, de outro, um progressismo inclusivo. Costuma-se atribuir a James Hunter a identificação precisa do fenômeno e a difusão do termo **guerras culturais** para referir-se ao processo pelo qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas passaram a ganhar proeminência no debate político americano, no final dos anos 1980, opondo “conservadores” a “progressistas”. Um novo antagonismo que opunha visões de mundo baseadas em concepções de autoridade moral como reação conservadora

aos movimentos de contracultura, feministas, movimentos negros nos anos 1960 e 1970, para reestruturar a disputa discursiva em termos morais: o saudosismo dos velhos tempos da lei e da ordem e da hegemonia branca e masculina. O paralelo com as dinâmicas da nova direita é evidente. A penetração das lutas feministas e dos movimentos negros ou LGBTQI, a visibilidade dos imigrantes ou refugiados provocam uma reorganização violenta e moralista de quem pensa seu mundo ameaçado.

Este contexto, no qual crises econômicas e políticas se misturam e retroalimentam, possibilita a reorganização de um campo neoconservador, que utiliza a retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador, retoma os valores da família tradicional: ordem, hierarquia, autoridade, moral, frente à suposta libertinagem do campo progressista. Nova direita ou a velha e clássica direita reestruturando-se com novas morfologias? Mesmo sem consenso sobre a terminologia nova direita (Giordano, 2014), o certo é que esta *alternative-right*, **direita alternativa** (categoria utilizada para diferenciá-la da direita tradicional), que se declarou politicamente para o mundo depois da eleição de Trump, tem algumas características que vale a pena destacar: o combate direto a questões identitárias (antifeminismo, por exemplo) como defesa de uma identidade masculina, heterossexual e cis, claramente antipluralista, que parece estar sob ataque; o combate ao conhecimento científico, a utilização de fake-news e a exploração do senso comum na dinâmica da pós-verdade demagógica, que entende o adversário político como inimigo a aniquilar; narrativas antipolíticas e estimulação do descrédito institucional e político e o sentimento de repúdio e vergonha (a política não serve, a política é corrupta, suja) e apresentação como anti-mainstream, outsiders e anti-establishment;



utilização do discurso de ódio legitimado como sendo liberdade de expressão; banalização do ódio ou apresentando-o com roupagem juvenil, folclórico, “memeficado”; proximidade com os “perdedores da globalização”, as classes médias e também as classes populares, estas últimas que, tradicionalmente, votaram em partidos de esquerda, mas que hoje se sentem traídos por estes mesmo partidos; teatralização, utilização das redes sociais como canais de comunicação e proximidade com a população; utilização de uma narrativa combativa contra as elites políticas e construção do discurso meritocrático do self-made man da centralidade do trabalho e esforço individuais (Drolet 2014, Hawley 2017, Urban 2014).

Esta nova direita sabe aproveitar e capitalizar o descontentamento provocado pela pós-democracia, pauperização globalizada, desemprego permanente, medo, não-lugar existencial, descartabilidade das classes médias e também das classes populares, que começam a rejeitar políticas assistencialistas e a negar adesão e voto aos partidos da esquerda tradicional.

Metodología

O objetivo desta pesquisa é entender os argumentos do discurso da nova direita populista com os quais as pessoas se identificam. Para atingir este objetivo, a metodologia consiste em entrevistas em profundidade com simpatizantes de Bolsonaro. Representante da alt-right brasileira, Jair Messias Bolsonaro, uma figura política com biografia inexpressiva politicamente, mas que no cenário pós-impeachment de intensa polarização social e crescente retórica antipolítica e a eleição de 2018, colocou-se como um dos protagonistas da vida política. Na última pesquisa Datafolha de intenção de voto, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2018, ou seja, dias depois da série de denúncias contra o suposto enri-

quecimento ilícito do deputado e sua família na Folha de São Paulo², o pré-candidato continua com 18% de intenção de voto, depois de Lula com 37% e à frente de Alckmin com 7%. Sem a candidatura de Lula, porém, Bolsonaro assume a primeira posição com 20.

Na imagem seguinte, podemos ver a evolução da candidatura de Bolsonaro que ganha força no cenário pós-impeachment e chega a ultrapassar a candidata Marina Silva, ficando num estável segundo lugar já na pesquisa de novembro de 2017.

Em termos eleitorais, o candidato enfrenta graves problemas, principalmente sua filiação a um partido pequeno, PSL, que lhe garante pouco tempo de TV e escasso acesso ao fundo partidário, mas, o fato é que o fenômeno Bolsonaro é muito maior que a viabilidade de sua candidatura. A penetração e capilaridade de suas ideias, a retórica e mensagem nos diversos segmentos da população e o crescimento exponencial de sua intenção de voto devem nos fazer pensar que não estamos tratando da ameaça individual de Jair Messias Bolsonaro e, sim, da ameaça de um processo de “bolsonarização”, ou seja, popularização de uma política antidemocrática, autoritária de extrema-direita, que continuará para além do indivíduo em si. Durante muito tempo, vários setores do campo progressista brasileiro menosprezaram, caricaturaram ou ignoraram esta dinâmica, assim como também diminuíram a importância de Donald Trump nos EUA. Agora, ninguém mais pode desconsiderar ambas figuras.

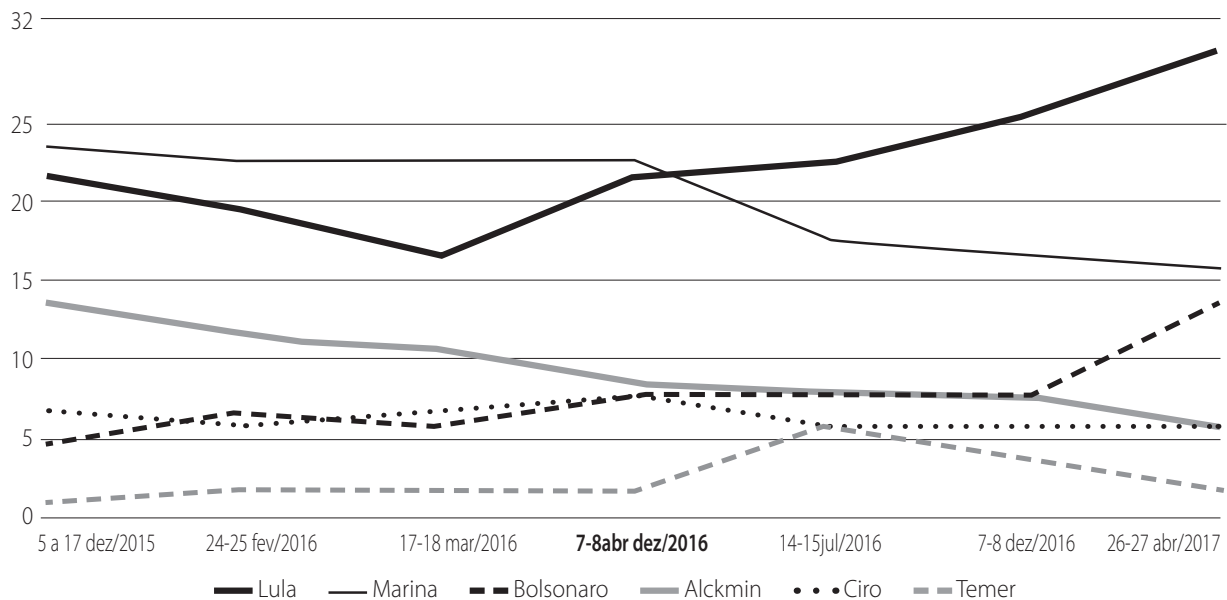
Os entrevistados foram selecionados para cobrir um amplo espectro de posição econômica, emprego, idade, gênero, todos dentro

2. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948526-patrimonio-de-jair-bolsonaro-e-filhos-se-multiplifica-na-politica.shtml>.



Primeiro turno - Cenário 2

Intenção de voto para presidente em em %
Com Alckmin



Fonte: Pesquisa Datafolha, de 26 e 27 de abril de 2017

da cidade de São Paulo. A maioria dos entrevistados não permitiu que seus nomes aparecessem na pesquisa, por temerem algum tipo de represália, *neste ambiente político tão rai-voso, eu tenho medo, então melhor não colocar nome, nem foto. Nada, por favor* (Entrevistada A). Além de uma natural desconfiança inicial com um pesquisador não conhecido, vários dos entrevistados repetiram este mesmo argumento de se sentir com receio e insegurança de expor sua opinião política, pela possibilidade de ter alguma represália, porque *muitos não gostam do que a gente fala, dizem que somos fascistas, que temos discurso de ódio, nada disso! A gente só quer que acabe esta bagunça, esta crise de valores. A gente ama o Brasil* (Entrevistado E).

-Entrevistado W: homem, 24 anos, estudante universitário, nascido na Brasilândia. Entrevistado D: homem, 37 anos, soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, nascido no Grajaú. Entrevistado E: homem, 32 anos, dono de um escritório de advocacia,

pertencente a uma família de grande poder financeiro, nascido em Jundiaí. Entrevistada M, 35 anos, manicure, nascida no Jaraguá. Entrevistada E, 50 anos, empresária, nascida no Jardim Paulista. Entrevistado J, 19 anos, estudante, autoidentificado como “gay de direita”, nascido no Capão Redondo. Entrevistada L, 45 anos, psicóloga, nascida na Vila Mariana. Entrevistado A, 27 anos, motorista de Uber, nascido em Itaquera.

-Dinâmica de grupo com 40 alunos do terceiro ano e 20 do primeiro ano do ensino médio de uma escola pública estadual de São Miguel Paulista, periferia de São Paulo.

Resultados: quais são os argumentos para se identificar com Bolsonaro?

Segurança Pública

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, durante 2017, a cidade de São Paulo teve uma média de 530 furtos por dia. O



número de roubos na capital chegou a mais de 150 mil. Embora o Estado de São Paulo tenha uma taxa menor de homicídios que outros estados da Federação, durante o mês de novembro de 2017, foram 295 vítimas. Estupros, 1051 ocorrências. Estas cifras são o resultado de um país enormemente desigual, onde, com frequência, o patrimônio da branquitude é mais importante que as vidas negras, com uma atualíssima estrutura escravocrata, com uma concepção da política e da polícia militarizada e higienista, uma beligerante guerra às drogas que produz milhares de vítimas nas periferias, um sistema de justiça criminal ainda com evidentes traços classistas e hiperpunitivo, que reproduz o círculo da violência. A brutalidade que “convive” com a democracia, como Mbeme falava, seu lado escuro, a reprodução da condição do negro.

A realidade é que as pessoas têm **medo**, a percepção de insegurança é permanente. O medo é um afeto que tem uma enorme potencialidade política. Medo ontológico, medo existencial, medo de ser assassinado, medo de ficar desempregado, medo de não ter um lugar no mundo. A exploração, a potencialização do medo como fator é um instrumento antigo e recorrente. Mas o fato é que o medo é um sentimento profundamente humano e deve ser entendido. Para explorar o medo, porém, precisamos de um inimigo. A criação do inimigo é uma ferramenta política muito aceitável em momentos de crises. A História nos ensinou isso. Vale lembrar, neste momento, do conceito de *significante vazio* de Laclau (2005), aquele conceito que é esvaziado de conteúdo e sobre o qual se constrói uma cadeia de equivalentes, que servem para identificar inúmeras dinâmicas sociais; o inimigo, o vagabundo, que pode ser o estrangeiro, o imigrante, o jihadista, o comunista ou pode ser o inimigo interno, o jovem negro favelado, o corrupto.

Fato também é que durante muito tempo, os partidos de esquerda têm se furtado a um debate sério e propositivo sobre segurança pública, deixando em mãos da direita mais punitiva e totalitária este assunto emergencial para grande parte da população.

Embora o Brasil seja um país onde o hiperencarceramento é política pública, as pessoas continuam tendo sensação de impunidade e insegurança.

“Você pode ser morto a qualquer momento! Este país é horrível. Você tem uma filha, sai à noite e ela pode ser estuprada. Roubo, assalto, por todo lado. Não dá para viver desse jeito, não dá. Eu tenho medo por mim, pelos meus filhos. Ninguém merece viver sempre com medo. A gente quer soluções” (Entrevistada E).

Uma questão amplamente recorrente nas entrevistas é o vitimismo dos bandidos. **O ladrão virou vítima.** Numa alteração da ordem social, o “cidadão de bem” estaria desprotegido, a vítima abandonada e o criminoso superprotegido pelo Estado. Uma visão moralista e binária do mundo entre bandido e cidadão de bem, que simplifica intensamente a realidade social e reduz a rótulos moralistas. Defensores dos direitos humanos são enxergados como defensores de bandidos.

Direitos humanos para humanos direitos:

“A gente sabe da falta de pai na periferia. Miséria, sim, que isso leva ao crime, tem um fundo de verdade, mas não justifica. O ladrão virou vítima. É como se ele fosse compelido a entrar no mundo do crime pela omissão do Estado, pela situação familiar. Eu não aceito isso. Eu também passei fome. A gente comia de café da manhã farinha de milho flocada com água e açúcar e minha mãe dizia que eram sucrilhos de pobre; o suco do



almoço era vinagre com açúcar, por isso, não aceito essa coisa de ladrão ser vítima. Se até a novela das 21h da Globo faz homenagem ao crime! ” (...) “os defensores de direitos humanos defendem com unhas e dentes o bandido. Ele é o ser humano, mas e a vítima? Não vejo ninguém dando apoio às vítimas. Olha o auxílio reclusão, que absurdo. O ladrão mata um pai de família e a família do cara fica desamparada. Poderia ter um auxílio homicídio, não? Um auxílio vítima? Ninguém olha para a vítima. Então, legaliza o crime, fecha a polícia e pronto! ” (Entrevistado D).

“Eu só sei que, hoje em dia, é melhor ser bandido do que cidadão de bem. A gente sai pra rua com medo e eles não. Eles têm mais direitos que a gente e, depois, vêm como esse mimimi, tentando dar pena na televisão. Pena de bandido? Pena da gente, que não pode viver em paz! ” (Entrevistada M).

Segundo os entrevistados, a polícia passa por um processo de criminalização e perseguição constante pela mídia e pelos grupos de esquerda, além do abandono pela cúpula da corporação e pelo próprio Estado. **O policial virou bandido** e não pode mais fazer seu trabalho, o que acaba tendo como resultado o aumento do crime.

“Nós, policiais, estamos largados, algemados, não podemos fazer nada porque cada vez mais as leis restringem nosso trabalho. Nas matérias, sempre aparece que matamos muitos, como se saíssemos para matar! Como se os policiais não morressem. E aí sempre com essa coisa de que a maior parte das vítimas são negros e pardos. Ou seja, só a polícia que está assassinando de graça, o crime não faz nada e, sempre também, aquele papo da impunidade. Não é verdade! O policial que mata não fica impune. Todos os que fizeram caíram. Quem faz hoje acaba com a vida

dele e com a da família dele. A gente nem advogado da corporação tem. Ninguém nos ajuda numa hora dessas. Falam que a Corregedoria é corporativista. Não é, gente, ela pune!... Aí sai matéria sobre pancadão, que a polícia agride jovens. Jovens? Criminosos! ... que nem em 2013, o pessoal vai e quebra tudo e quem é xingado? A PM! Desmilitarizar a PM ... Os políticos que aumentaram a tarifa, né? Não, a PM! Muito policial morre porque tem medo de matar, de ir preso, de ser punido. Aí, duvida se atiro ou não atiro e morre. Mas e o ladrão? Mata o policial e não responde por latrocínio ou por homicídio, porque foi legítima defesa! Porque o policial estava armado! Pelo amor de Deus... não dá, não dá. Aí tem o Bolsonaro, o Camilo, o Telhada. Eles se colocam do lado da gente, porque eles sabem, já estiveram do lado daqui. Mas aí chega um especialista em segurança pública, um carinha de 30 anos, que nunca patrulhou, que nunca entrou em favela perseguindo ladrão e a palavra dele tem peso. E a nossa? ” (Entrevistado D).

Diante disso, as repostas de Bolsonaro vencem: **mão dura, disciplina, cadeia, redução da maioria penal, aumento das penas no Código Penal, prisão perpétua, porte de arma**, dar muito mais poder e proteção à polícia, acabar com a vitimização do bandido.

“A lei tem de ser dura. No Brasil, somos muito frouxos. Bandido na cadeia, pronto. Não quer cadeia, vá trabalhar. Fácil” (Entrevistada L).

“O porte de arma deveria estar liberado para o cidadão de bem. Se o Estado não nos protege, a gente tem de se proteger sozinha, né? Bandido tem arma e a gente não! Olha nos EUA. É um direito nosso! Se a gente quer ter arma para defender a família, a casa, como podem proibir? ” (Entrevistado A).



Mas vejamos uma interessante reviravolta desses argumentos. Durante o grupo focal na escola de São Miguel Paulista, uma aluna, com um discurso muito punitivo, defendia a famosa frase de Bolsonaro de que “cadeia não é colônia de férias”.

“O cara tem de apodrecer na cadeia, pagar com a mesma moeda. Eu acho que a pessoa deveria ficar sofrendo, sim. Hoje, na cadeia, tem celular, até colchão. Deveria dormir no chão. Ficar preso é para sofrer mesmo. Cadeia não tem de ter colchão, tem de ter chicote” (Aluna3, 15 anos).

Porém, momentos depois, uma colega de turma, que também apoiava esse rigor punitivo com entusiasmo, disse que sua tia estava na cadeia e começou a reelaborar seu discurso.

“Mas minha tia está na cadeia, não quero que ela sofra e acho que ela sofre muito. Ela cometeu muitos erros, sim, mas é uma pessoa e não merece ser tratada dessa forma. Tem de punir, mas também tratar como ser humano” (Aluna6 de 15 anos).

A experiência concreta das pessoas provocava-as a repensar o punitivismo como processo de desumanização do bandido. Alguns entrevistados defendem uma punição vingativa e uma cadeia-masmorra, mas isso não é consenso, sobretudo entre os que têm experiência familiar ou profissional com o sistema prisional brasileiro.

“Sou contra a pena de morte porque ela não é castigo, mas sou a favor da prisão perpétua e de aumentar algumas penas. O modelo prisional brasileiro não funciona, porque não ressocializa, não corrige ninguém. Minha tia está presa por assalto a caixa eletrônico e tráfico de drogas. Não sinto pena dela estar na cadeia, porque ela deve pagar, mas sinto pena de meus

primos. Agora, não ter água, comer comida estragada... Isso é um sofrimento desnecessário. A pessoa sai de lá sentindo mais ódio. Tem de ter disciplina, mas não sofrimento. São pessoas. Isto que não é Hammurabi. Eu me sinto mal com isso” (Entrevistado W),

Mas, para todos, a saída está na **disciplina**. Botar ordem na casa. Autoridade. O militarismo como modelo, inclusive as escolas militares são amplamente defendidas por todos.

“Disciplina, sim, também nas escolas públicas. Cantar o hino nacional, tratar o professor como autoridade, respeito e disciplina inerentes ao sistema militar. Na minha vida isso foi um divisor de águas. As leis têm de ser respeitadas e a autoridade também” (Entrevistado W).

“Agora você passa de ano mesmo sem saber ler e escrever com fluidez. Falta disciplina, falta autoridade. Compara uma escola pública com uma militar! Lá tem dedicação, disciplina, autoridade, os garotos melhoram até dentro de casa, têm respeito. O militarismo ensina a ser gente, a ser homem, a ser decente. Mas esta geração tranqueira de hoje, o pessoal quer libertinagem, sem regras, sem limites, e aí não dá, né?” (Entrevistado A).

Corrupção e antipolítica

Pesquisa do Ibope mostra que, em 2017, a primeira preocupação dos brasileiros foi a corrupção, com 62% de entrevistados que consideraram a corrupção o grande problema do país naquele momento, frente a 9% que a consideravam em 2011, situando-se na frente das preocupações históricas como segurança e saúde³.

3. <https://oglobo.globo.com/brasil/corruptao-principal-preocupacao-para-62-dos-brasileiros-mas-denuncias-podem-ser-coadjuvantes-22241432>



Consequência direta da operação Lava Jato e sua espetacularização, os brasileiros enxergam um sistema político totalmente corrompido. O monopólio da luta contra a corrupção em mãos de grupos populistas, punitivos, moralistas e com interesses políticos, deixou como legado um crescente **sentimento antipolítico** e a ideia de que política é sinônimo de corrupção e *nenhum político presta*.

Nas manifestações de 12 de abril e 16 de agosto de 2015, as primeiras pelo impeachment de Dilma Rousseff, foi medida a percepção de escândalos de corrupção relativos aos governos tucanos e, também, a falta de confiança em partidos políticos nos manifestantes verde-amarelos: 99.0% consideravam a Lava Jato muito grave (ainda identificada com o PT), mas, paralelamente, 87.4% consideravam o esquema de corrupção do Metrô/CPTM de São Paulo muito grave e 80.2% o mensalão tucano muito grave. Nestas mesmas manifestações, nas quais o antipetismo se colocou com toda sua expressividade, quando os grupos verde-amarelos foram questionados pela sua confiança nos outros partidos, os resultados eram muito baixos: só 11.0% dos entrevistados responderam confiar muito no PSDB. No PMDB 1.4% e na Rede 2.6%⁴.

Neste sentido, todos os entrevistados da pesquisa atual coincidem que Bolsonaro é o único, ou um dos únicos políticos honestos de Brasil. Na visão deles, a corrupção perpassa todos os partidos. Não tem diferença entre esquerda e direita, porque o que preocupa os políticos é somente seu próprio benefício e interesse. É uma absoluta negação da política, não por questões ideológicas ou programáticas, mas porque é vista como uma atividade suja, vergonhosa e corrupta por natureza.

“Bolsonaro é um ícone de ética. O país vive numa crise ética e moral desde Collor. É indignante. Mensalão petista, tucano, Lava Jato. Ele não está envolvido, é ético. E é tão difícil encontrar alguém com a vida política dele, que esteja limpo. Aparentemente, ele é incorruptível. Tem se mantido limpo durante todo este tempo, num meio tão sujo. O sistema político não funciona. Está todo corrompido. Partidos de esquerda, de direita, a ideologia deles é a corrupção” (Entrevistado J).

“Bolsonaro não é corrupto e é diferente dos partidos que estão aí. PT e PSDB são a mesma coisa. No Brasil só existe o poder e o dinheiro. Olha a Lava Jato, no Congresso eles são do contra, mas na corrupção estão de mãos dadas. Bolsonaro é diferente porque não é corrupto” (Entrevistado D).

Quando perguntado sobre as denúncias de corrupção que apareceram na Folha de São Paulo durante o mês de janeiro, a maioria das respostas coincide: é uma **perseguição da imprensa** para acabar com a candidatura dele.

“A imprensa quer acabar com ele porque sabem que é muito forte. Ninguém segura. Vão fazer de tudo para acabar com ele, mas a gente sabe que ele é honesto” (Entrevistada E).

A Lava Jato é defendida porque está passando o país a limpo e tirando os corruptos do poder, mas nas entrevistas o sentimento de justiça não aparece habitualmente. Quando questionados por procedimentos polêmicos na operação, como as conduções coercitivas, delações premiadas, proximidade com a imprensa, o atropelamento do devido processo penal e das garantias dos envolvidos, os entrevistados sempre têm a mesma retórica: o político corrupto é o mal, o câncer a ser extirpado e a Força Tarefa da Lava Jato, o juiz Sérgio Moro, os procuradores envolvidos represen-

4. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_z_328207.html



tam o bem, figuras heroicas, que, num discurso salvacionista e pseudo-religioso, tem a missão de salvar Brasil da corrupção. O político corrupto e, fundamentalmente, o petista, é o inimigo a ser abatido e, portanto, as devidas garantias penais são meros formalismos. É a justiça penal do inimigo.

“Ou seja, que o problema agora são os direitos do Lula. Direitos?? Quer direitos, não rouba! Coitadinho dele, né? Que delação não é prova, que vazamento, que não sei o que. O cara é chefe de quadrilha e ainda quer direitos!!” (Entrevistada E).

Na manifestação pela saída de Dilma Rousseff de 16 de agosto de 2015, foi realizada uma série de entrevistas com os manifestantes para entender o apoio dos mesmos aos excessos da Operação Lava Jato. A retórica deles era muito clara: político corrupto não é sujeito de direito, político corrupto merece punição, cadeia e o resto é “mimimi”. Sérgio Moro apresentava-se envolvido em narrativas messiânicas-salvacionistas.

-Pesquisadora: “E o que o senhor pensa sobre a condução coercitiva de Lula? Acha que isso vulnera os direitos dele?”

-Manifestante1: “Que direitos? O cara é o maior ladrão deste país e ainda quer direitos? Agora político corrupto está de mimimi também. É cadeia. Direitos, que direitos?”

-Pesquisadora: “O que a senhora acha do papel da imprensa na cobertura da Lava Jato?”

-Manifestante2: “Eu acho que as coisas têm de sair na imprensa ainda mais. A gente tem direito de saber. Ah, se não fosse pela imprensa, tinha abafado tudo. Não, não, tem que dar no Jornal Nacional, tudo”.

-Pesquisadora: “E os vazamentos, concorda?”

-Manifestante2: “Sim! Tem de vazar mesmo. Veja bem, se não fosse por isso, eles escondiam. A gente não ficava sabendo e eles não iam presos”.

-Pesquisadora: “O senhor acha que a operação Lava- Jato vulnera os direitos dos políticos que investiga?”

- Manifestante3: “Que direitos, que nada! O cara quer direitos, que não roube então”.

-Manifestante4: “O juiz Moro tem uma missão, limpar o Brasil porque o câncer do Brasil são os políticos corruptos”.

-Manifestante5: “Moro é nosso salvador. Se não fosse por ele, nada teria acontecido. É dever de todos os brasileiros apoiarem a Lava Jato. Ele vai passar o Brasil a limpo. Ele é o homem que estávamos aguardando”.

-Manifestante6: “Se não fosse por ele estaríamos perdidos. É um herói”.

Meritocracia e Vitimismo

Não existe consenso social, no Brasil, de aceitação das políticas neoliberais, de ajuste fiscal e de desidratação do Estado. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, 71% dos brasileiros rejeitam a reforma da previdência apresentada pelo governo Temer⁵. Também, segundo o Datafolha, 64% avaliam que a reforma trabalhista trará mais benefícios aos empresários do que aos trabalhadores. Da mesma forma, pesquisa do Vox Populi indica que a PEC 241, que prevê o congelamento

5. Conteúdo das quatro pesquisas citadas: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/05/1880384-reforma-da-previdencia-e-rejeitada-por-71-dos-brasileiros.shtml>, <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/05/1880398-maioria-rejeita-reforma-trabalhista.shtml>, <https://cut.org.br/system/uploads/ck/files/PesquisaVoxout2016PDF.pdf>, <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/04/81-dos-brasileiros-preferem-ter-servicos-publicos-melhores-pagar-menos-impostos.html>



de gastos públicos durante duas décadas, é rejeitada por 70% dos brasileiros. Finalmente, pesquisa do Instituto Data Popular mostra que 81% dos brasileiros preferem ter acesso a serviços públicos melhores que a pagar menos impostos.

Poderíamos pensar, intuitivamente, que os manifestantes verde-amarelos apoiam as políticas neoliberais, fazendo uma analogia entre conservadorismo social e apoio ao neoliberalismo econômico. Afinal, estas pessoas vão a manifestações convocadas por grupos como MBL e VPR, que se definem como liberais. Esta afirmação, porém, não é consistente: 74% dos manifestantes do protesto de 26 de março de 2017 discordam da reforma da previdência apresentada pelo governo Temer. Em outra pesquisa, realizada na manifestação de 16 de agosto de 2015, a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, os dados mostraram que 88.6% concordavam totalmente com que o Estado devia prover serviços de saúde para todos os brasileiros, 92.3% educação para todos e 72.1% transporte coletivo, rejeitando, portanto, a ideia do estado mínimo⁶. Sabendo disso, grupos como o MBL, de origem neoliberal, apostam em minimizar o debate público sobre suas propostas de Estado mínimo e preferem aumentar sua visibilidade e base de apoio com a estratégia das guerras culturais, de viés moralista e polarizante. Da mesma forma, Bolsonaro, historicamente apoiador de políticas nacionalistas em economia, agora aproxima-se de posturas neoliberais em busca de investidores e financiadores de campanha, mas menospreza a economia como elemento importante de debate público no programa eleitoral. Uma nova direita que está muito próxima de posturas neoliberais, seja por convicções ou

por estratégias político-partidárias, mas que, sabendo da rejeição que isto causa à população brasileira, ainda mais num momento de crise econômica, em que as medidas de ajuste fiscal propostas impactam majoritariamente os mais pobres, relega o debate econômico a um plano totalmente marginalizado. Fale-se de pedofilia, fale-se de corrupção, fale-se de “bandido bom é bandido morto”, mas não se fale de economia.

Porém, os conceitos neoliberais que, sim, têm enorme penetração nestes grupos são a meritocracia, o esforço pessoal, o trabalho individual como saída para a crise. Quem trabalha vence na vida. Todos os entrevistados mostraram preocupação com a situação econômica do país, mas igualmente concordaram que o grave problema a ser resolvido para melhorar a situação é a corrupção política, que se instaurou na máquina pública. “Se o Bolsonaro ganhar, a primeira coisa que ele vai fazer é botar ordem nesta bagunça. Limpa a corrupção, demite todo o mundo e aí, é trabalho e trabalho. A gente quer trabalhar. Você ia ver como melhorava tudo sem essa corja aí, que suga o sangue da gente” (Entrevistado A).

“O problema da crise é essa roubalheira toda. Eu não sei muito de economia, mas o que sei é que tem de trabalhar, uai. Tem outra forma? Aí, tem gente que quer vencer na vida sem suar, sem se esforçar. Não dá, né?” (Entrevistada L).

As políticas públicas como Bolsa Família ou cotas raciais universitárias são vistas negativamente, porque fomentam a preguiça, o clientelismo e fazem do cidadão alguém passivo, que parasita o Estado e, por outro lado, são utilizadas eleitoralmente pelo PT, para garantir o voto dos mais pobres e mantê-los sob controle. O *self-made man* é o modelo de sucesso. A retórica do *tax-payer*: *eu pago meus*

6. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/politica/1439928655_412897.html



impostos e com isso sustento os vagabundos que não fazem nada. A gente trabalha, para sustentar esses preguiçosos e esses bandidos de Brasília. A gente sustenta todo o mundo (Entrevistado A). Os cidadãos, economicamente mais desfavorecidos e que são beneficiários de políticas sociais existentes seriam parasitas do Estado, não se esforçam o suficiente no trabalho e, por sua vez, o Estado faz uso destas políticas públicas para controlar eleitoralmente estes grupos.

“O ideal é que não exista o Bolsa Família. Pode ser importante para algumas pessoas, mas a verdade é que é utilizado como moeda eleitoral, para fazer as pessoas votarem sempre no PT, comprarem o voto delas mesmo. Por que acha que tanta gente no Nordeste vota no PT? ”. (Entrevistado C).

“O que tem de gente preguiçosa, que só quer mamar das tetas do governo. E a gente sustenta eles, né? Isso com Bolsonaro ia acabar. Quer comer? Trabalhe. Mas, não. É mais fácil dar uma de coitadinho. Sou pobre, sou pobre. E aí pedindo bolsa, pedindo ajuda para tudo. E a gente se matando de trabalhar. É injusto”. (Entrevistado A).

Interessante observar que vários destes entrevistados foram, em algum momento, direta ou indiretamente, beneficiados pelas políticas públicas petistas, porém, hoje em dia, alguns deles negam sua importância, porque *eu não preciso ser tratado que nem criança pelo Estado, ainda mais por petralha. Eu não sou pobre, não sou vítima de nada. Tenho meu trabalho* (Entrevistado A).

Ou, como conta a entrevistada L, *não queremos esmola do governo:*

Meu filho tem Fies, mas ele merece. O governo não está dando de graça. Ele é que está ralando para estudar. Vou votar no PT por

isso? Não sou pobre nem nordestina para votar no PT. Eu votei no Dória. Gostei dele. Essa coisa de ser trabalhador, de vencer na vida. É isso o que a gente quer. Não esmola do governo. Queremos que nos deixem trabalhar”. (Entrevistada M).

Todos estes entrevistados, que nasceram e moram em regiões periféricas, colocam-se como “nova classe trabalhadora” ou “nova classe média”. O voto no PT, a aceitação de políticas assistenciais é sinônimo, para eles, de grupos empobrecidos que *precisam* deste tipo de ajuda. Ao se autoidentificarem como classe média ou trabalhadora, rejeitam estas políticas e rejeitam, inclusive, a identidade com o próprio PT, porque, como um outro entrevistado disse no contexto de outra pesquisa, na eleição municipal de 2016, durante uma roda de conversa em Capão Redondo: *a gente agora é classe média e classe média não vota no PT.*

Ao mesmo tempo em que os entrevistados reconhecem que o Brasil é um país racista, insistem em defender as cotas socioeconômicas, mas não as cotas raciais. Por que? Porque **as cotas raciais são racistas e aumentam o racismo pelos dois lados porque os estudantes, brancos, com razão, se sentem injustiçados** (Entrevistado A). As cotas raciais estariam colocando os estudantes brancos numa posição de inferioridade e, segundo alguns entrevistados, menosprezando a capacidade dos negros para entrarem na universidade que querem, sem ter ajudas do Estado. Elas são, por tanto, um mecanismo que cria mais racismo, coloca o negro na posição de vítima e o branco na posição de injustiçado.

Aluna7, 16 anos: Por que negro tem de ter privilégio? Só porque ele é negro? Ele tem as mesmas oportunidades. É só ele se esforçar e estudar, se ele realmente quiser passar na universidade.



Pesquisadora: Você pensa que o Brasil é um país racista?

Aluna: Sim

Pesquisadora: Então, os negros não têm as mesmas oportunidades que os brancos, não?

Aluna: Humm, mas cor não define as pessoas, a cota não vai te definir. A gente não pode falar em sou negro, sou branco. Cota é racista! Eu sou negra e não quero cota. Eu vou estudar e vou conseguir entrar por mérito meu.

Movimento negro, feminismo ou o movimento LGBTQIA, as respostas são padrão. Eles são grupos que sofrem preconceito, sim, mas estão abusando de seus direitos. Utilizam a vitimização, o **mimimi** para obter regalias do Estado e avançar sobre os cidadãos que não pertencem a essas minorias.

“As minorias têm direito a reivindicar, porque elas sofrem discriminação, sim, mas segundo as regras. Por exemplo a passeata gay. Quando tem fantasias de Jesus. Isso é um desrespeito à religião alheia. As pessoas se excedem. Estão ferindo direitos aí. Sempre com bom senso e sentido do dever. Existem dificuldades para eles, sim, mas não gosto disso, de serem vítimas. A gente sabe que existe machismo, preconceito contra a comunidade LGBT, racismo e o Estado deve criar oportunidades para todos por igual. Agora, também, sabemos que muitos desses movimentos são braços auxiliares de partidos, influenciam as pessoas a se sentirem vítimas e se aproveitam disso” (Entrevistado W).

A comunidade LGBTQI é fortemente criticada por ser exibicionista. Que o homossexual tenha seus direitos garantidos, sim, *mas não precisa se exhibir na rua, nem provocar. Direitos para os gays, sim, mas desde que a gente não esteja passeando pela Paulista e veja eles se*

beijando. Que necessidade têm minhas crianças de verem isso? (Entrevistada L)

“Minha irmã é estudante da Unicamp, de esquerda. Para ela, eu sou homofóbico, gordofóbico, fascista. Não sou nada disso. Só penso que o tema de ser gay, as pessoas fazem um pouco para provocar. Quando vêm à minha casa os amigos viados da minha irmã, eu pergunto “por que você é viado? Você é mesmo ou está com viadagem porque quer provocar? Não queria aqui ser cool, ir na marolinha. Se quiser você se sustenta”. Falo na brincadeira, mas é isso. O que me incomoda é a necessidade de chocar. Essa coisa de bicha louca. E o homossexual tem essa necessidade mais do que o hétero. Talvez para marcar sua posição. Terrível. Mas eu não me sinto homofóbico por isso, só acho que não está certo chocar. E isso serve para tudo. O que não gosto é do excesso. Isso me fere. Não dá para admitir preconceito de sexualidade, mas estimular tampouco, não?” (Entrevistado E).

Neste sentido, o controverso kit gay, material escolar sobre homossexualidade lançado em 2011 na época de Fernando Haddad como Ministro da Educação, sempre aparece nas conversas. A crítica a ele é um absoluto denominador comum: as crianças devem ser protegidas de conversas sobre orientação sexual, porque pode criar problemas na sexualidade deles.

“Orientação sexual deve ser ensinada nas escolas, sim, mas não para alunos tão jovens. Não porque eles podem virar gays, não é isso, mas sim, porque eles podem ficar desvirtuados, pervertidos”. (Entrevistado J).

Discurso de Ódio

Uma questão muito importante a levar em consideração é que o discurso de ódio des-



ta nova direita, que nos apavora, é frequentemente negado pelos seus seguidores. Por exemplo, as frases polêmicas de Bolsonaro fazem parte de seu jeito bruto, tosco de falar, *mas sem má vontade*. As atitudes censoras do MBL são necessárias para proteger a família, as crianças, os valores, a moral.

“Bolsonaro? Se ele tem discurso de ódio? Não tem. Não vejo discurso de ódio. Ele não é machista ou homofóbico. É que ele fala dessa forma natural, acredito que por ter passado militar. Como eu te falei, ele é burro na política, é um tiozão, ele é mal-entendido por ser burro. Mas discurso de ódio, não, não”. (Entrevistado E).

“Ele não tem discurso de ódio. Tá só expondo a opinião dele, falando a verdade. E quando é um pouco radical, se retrata. Não tem discurso de ódio porque quer o melhor para todos. Só que a esquerda exagera. Olha o caso da Maria do Rosário. Ela ofendeu primeiro”. (Estudante7, 16 anos).

O discurso de ódio é apresentado, na maioria das ocasiões, como a figura do meme, da frase irreverente, da piada que as pessoas não entendem como algo agressivo, violento a ser rejeitado. Pelo contrário, é exagero e histeria dos grupos que se dizem atacados. A **banalização do ódio**. Onde muitos de nós enxergamos discurso de ódio, enxerga-se, simplesmente, uma forma politicamente incorreta, bruta, folclórica de dizer as coisas.

As declarações de Bolsonaro sobre mulheres, negros ou homossexuais, que tanto chocam parte da opinião pública, são relativizadas por seus apoiadores. Exagero de seus adversários políticos e da imprensa. Manipulação. Com frequência, o campo progressista pensa que sujeitos com identidades subalternizadas deveriam, naturalmente, apoiar candidatos

de esquerda, porém, isso é divergente com a realidade. O entrevistado J que se autoidentifica com a definição gay de direita, explica o porquê de não ver incoerência nenhuma em sua identificação. Para ele, as posturas dos partidos de esquerda com os grupos LGBTQI são ou de exibicionismo exagerado ou a de **vitimismo e de privilégio**. Os grupos LGBTQI sofrem discriminação? Sim, mas isso se soluciona trabalhando e com menos mimimi. *Bolsonaro não tem discurso de ódio contra os gays, pelo contrário, ele gosta deles, só que ele nos trata como qualquer cidadão, sem privilégios* (Entrevistado J).

“Ué, por que eu não posso ser gay de direita? Apoio um governo liberal, apoio os valores tradicionais, a disciplina, a autoridade... acho que a gente tem de ter mão dura contra bandido. Gosta de bandido, leva para casa! Por ser gay, tenho de gostar desses ladrões do PT ou desses radicais do PSOL? Sou gay, mas não gosto da passeata LGBT, por exemplo, acho muito exibida, muito provocativa, qual é a necessidade disso? Ah, e eu tampouco sou vítima de nada. Essa coisa de os gays somos coitadinhos, vítimas, não sei o que. Não dá gente, vamos trabalhar e menos mimimi”. (Entrevistado J).

“Não gente, as pessoas tiram do contexto e a imprensa exagera tudo para acabar com ele. Como esse caso da Maria do Rosário, nada a ver. Ela que utilizou isso politicamente, mas a gente, que é mulher, sabe que ele não é machista”. (Entrevistada M).

“Ele é mal interpretado propositalmente. Não é nem machista nem homofóbico. Nunca falou nada contra os gays nem contra as mulheres. Manipulam o que ele diz. Quando ele foi homofóbico? Nunca. Eles dizem que a gente é fascista. Ai, eles colocam uma camisa do Che Guevara e tudo bem, mas entra com



uma camiseta de Bolsonaro na PUC, para você ver quem apanha de quem. E depois a gente que é intolerante!” (Entrevistado D).

O mesmo acontece com as entrevistadas mulheres que não veem incoerência em serem mulheres e se identificarem com um discurso de extrema-direita, porque elas são mulheres, que lutam pelos seus direitos, mas não feministas, aliás, eu sou antifeminista (Entrevistada L). O termo feminismo é totalmente desprezado e é comparado com o termo feminazi. O feminismo é visto como algo hostil e desnecessário na vida das mulheres e, inclusive, mais atrapalha do que ajuda, porque, de novo, trabalhando e se esforçando, a mulher consegue o que ela quiser.

“Sou mulher, sim, mas não sou feminista. O tempo todo de mimimi, com essa coisa de vitimismo, todas radicais, querendo passar por cima dos homens. Feminazis, não gosto nada disso. Olha eu sou empresária, vivo bem, estou bem na vida e nunca precisei de feminismo. Se a gente luta, a gente consegue o mesmo que os homens, mas essas mulheres parecem que só sabem chorar e colocar a culpa no homem. Exageradas.” (Entrevistada E).

Na manifestação em apoio à Operação Lava Jato do dia 25 de março de 2017, perguntamos aos manifestantes sua opinião sobre o feminismo. 57.2% deles concordam com a afirmação “feminismo é machismo ao contrário” Iguamente, perguntamos se as pessoas presentes se consideravam feministas: 60% responderam que nada feminista, 23% pouco e apenas 13% muito feminista. Porém, quando questionados por pautas concretas relativas à luta feminista, os manifestantes responderam da seguinte forma: 51.6% pensam que fazer aborto deve ser um direito da mulher, só 4.1% afirmam que lugar da mulher é em casa cuidando da família, 78.5% consideram

que não se deve condenar uma mulher que transe com muitas pessoas e 90.6% que a mulher deve ter o direito de usar roupa curta sem ser incomodada. A questão, portanto, não é a concordância com temas específicos da luta das mulheres e, sim, a hostilidade causada pelo termo feminismo, que é entendido como uma postura agressiva.

O politicamente correto é desprezado. Uma das virtudes que os simpatizantes de Bolsonaro se empenham em ressaltar é que ele não segue a norma do politicamente correto, ele fala o que pensa, com sinceridade. Não é discurso de ódio, é liberdade de expressão. O politicamente incorreto é valorizado como exercício de liberdade. O politicamente correto seria uma forma de impor o pensamento das minorias.

“É que ele tem esse jeito tosco, bruto de falar, militar mesmo. Mas ele não quis dizer essas coisas. Às vezes exagera, não pensa porque vai no impulso, porque é muito honesto, muito sincero e não mede as palavras como outros políticos, sempre pensando no politicamente correto, no que a imprensa vai falar. Ele não está nem aí com o politicamente correto, diz o que pensa e ponto, mas não é homofóbico. Ele gosta dos gays. É o jeito dele”. (Entrevistada L).

As “mulheres não feministas”, os brancos heterossexuais, cis são as verdadeiras vítimas das lutas dos grupos identitários. Feministas, LGBTQI, movimento negro, pretendem atropelar os direitos alheios, colocar-se como se fossem grupos privilegiados que merecem mais atenção do Estado e, finalmente, impor-se a outros segmentos sociais. O que para o campo progressista é percebido como luta por direitos historicamente negados, os entrevistados entendem como grupos querendo impor seus interesses e modelos de vida e, portanto,



ultrapassando a linha do direito e chegando ao privilégio. A masculinidade branca, o heterossexual e o cis estão acuados e ameaçados pelos identitários. O processo de reação destes grupos aos avanços das lutas feministas, do movimento negro e LGBTQIA é evidente. Sua forma de vida, sua forma de entender o mundo e viver nele está sob ameaça com estes avanços. O conservador, no fundo, é aquele que sente saudades do mundo como ele era, do mundo que ele entendia melhor e onde ele conseguia sentir seu lugar.

“Eu sempre digo que, ultimamente, quem menos direitos tem neste país é o homem branco que não é gay. Se for mulher tem direitos. Se for negro, mais ainda, cotas, não sei o que. Se for gay, a mesma coisa, ninguém pode falar nada, que já é preconceito. É a gente. Quem nos protege? Que direitos temos nós? Eu também posso me manifestar dizendo que sou homem branco? Eles têm direito e eu não?” (Entrevistado A).

A Direita Pop e Anti-Mainstream

No começo da roda de conversa com os alunos de São Miguel Paulista, assistimos a um vídeo com as frases mais polêmicas de Bolsonaro. No final do vídeo, muitos alunos estavam rindo e aplaudindo. Por que? *Porque ele é legal, porque ele é um mito, porque ele é engraçado, porque ele fala o que pensa e não está nem aí* (Aluno5, 15 anos). Com mais de cinco milhões de seguidores no Facebook, o fato é que Bolsonaro representa uma direita que se comunica com os jovens, uma direita que alguns jovens identificam como **rebelde**, como contraponto ao sistema, como uma proposta diferente e que tem *coragem de peitar os caras de Brasília e dizer o que tem de ser dito. Ele é foda* (Aluno2, 15 anos).

O uso das redes sociais, a utilização de vídeos curtos e apelativos, o meme como ferramen-

ta de comunicação, a figura heroica e juvenil do “mito Bolsonaro”, falas irreverentes até ridículas, falas fortes, destrutivas, contra todos, são aspectos que atraem os jovens. Se nos anos 70, ser rebelde era ser de esquerda, agora, para muitos destes jovens, é votar nesta nova direita que se apresenta de uma forma cool, disfarçando seu discurso de ódio em formas de memes e de vídeos divertidos: *O Bolsomito é divertido, o resto dos políticos não.* (Aluno7, 14 anos).

É muito relevante ressaltar que a socialização política destes jovens e adolescentes se deu no período dos governos de Dilma Rousseff e, portanto, o que eles identificam como governo de esquerda é justamente o mainstream, o aparato do poder e nada tem a ver com uma postura progressista, de ruptura ou crítica ao sistema.

Em contrapartida, alguns dos entrevistados criticam Bolsonaro pelo que para eles é um excesso de teatralidade, o que o faz diminuir a seriedade digna de um político.

“Jair está se transformando num Tiririca, num personagem. Para ganhar volume está se ridiculizando. Eu já avisei eles, mas querem ganhar número”. Ele tem tosquice militar, rusticidade, mas virou showman demais. Ele não é o que parece, mas ele de fato quer fazer o bem, ele é simples, não tem ganância de dinheiro. Sei de viagens que ele faz e fica em hotéis baratos, mas não por aparência, é por simplicidade mesmo”. É um baita estrategista, sabe que se botar a farda e adotar uma linha dura não vai ter popularidade, e ele é um puta showman, se comunica muito bem, tem a inteligência de perceber que desta forma agrega muito, mas corre o risco de se perder no personagem” (Entrevistado E).

Uma das questões que ficou em evidência com a campanha do Trump é que esta nova direita



chega caracterizada de anti-hegemônica, **anti-establishment**. É uma direita que se apresenta como a ruptura como o sistema. Mesmo sabendo que isto fica só no nível da retórica, num momento de intenso sentimento anti-político, o candidato que se coloca como enfrentando a política tradicional, profissional, tem uma penetração forte porque *não queremos mais do mesmo. Eles são todos iguais. Queremos alguém diferente* (Entrevistada M).

Entrevistada E - Ele é diferente.

Pesquisadora: - Mas há anos que é deputado federal, portanto não será muito diferente. Inclusive durante seus mandatos tem feito pouquíssimas coisas, quase não aprovou projetos de lei.

Entrevistada E- Claro, porque não deixam ele fazer nada, porque ele não se vende, não se alia com esses bandidos, então ele acaba sozinho, isolado. É íntegro. Não é como eles.

Um tema que aparece nas entrevistas é que essa nova direita é próxima das pessoas, *Bolsonaro fala a língua da gente, não é como os outros políticos que a gente nem entende, às vezes* (Entrevistado J). Insistem os entrevistados que Bolsonaro gosta das pessoas, de se sentir perto do povo, não é como outros políticos que eles percebem longe deles e que, inclusive, têm uma linguagem inacessível. Os políticos tradicionais são vistos como aqueles que se afastam propositalmente do povo. Uma nova direita que, longe de ser percebida como perto das elites, é percebida como próxima ao povo e defendendo seus interesses. As siglas políticas tradicionais defenderiam interesses personalistas e partidários, inclusive o PT, que se afastou da população e hoje não representa os mesmos interesses partidários, ao mesmo tempo que a nova direita seria a defensora do povo.

“Hoje na rede social há várias páginas com o nome de Bolsonaro. A maioria não tem vínculo conosco. Tinha um menino do “Bolsonaro opressor”. Ele pegava o conteúdo e postava na página dele como se fosse dele. Eu achava legal. Ele não conhecia ninguém da família Bolsonaro. Aí liguei para o Jair e falei, “comandante, tem um menino que tem uma página, apoia o senhor, mas não tem contato”. O Jair ligou para ele para agradecer. Ele poderia ter dito, “tenho mais o que fazer”. Isso acontece com muita gente, ele se preocupa. Tem gente que pede para mim que ele mande um vídeo porque eles vão casar. E ele manda. Uns dias atrás, teve um menino que fazia 9, 10 anos e queria que o tema fosse Bolsonaro. A família dele entrou em contato com ele e o Bolsonaro foi. Isso acontece naturalmente. Nos aeroportos, a gente nunca deu um centavo. Eles gastam. A gente não tem militância paga. O Jair é muito acessível. Ele não se blinda atrás de segurança. Não é marketing, ele quer contato do povo. A gente não tem um estrategista para isso. Ele quer tocar as pessoas, chegar nelas, fazer foto. Ele quer essa proximidade (...). Sem dúvida, tem toda essa parte do discurso, mas tem toda essa parte humana, você enxerga uma pessoa comum. Isso é muito marcante, a galera sente isso. Chegamos lá em Recife, com Jair e Eduardo, tinha esse monte de gente. Olhei para o lado e tinha uma mulher com uma filha doente em cadeiras de rodas. O que leva uma senhora trazer essa filha para ver um político? Quando o Eduardo viu, pediu para o motorista parar. O Jair também. Conversaram, deram um abraço. Ele não precisava ter parado. Aquela situação toca eles. Foi comovente, emocionante mesmo. Não foi estratégia, “pega um bebezinho, põe no colo”. Essa proximidade é uma marca deles” (Entrevistado C).

“Ele continua sendo aquele Bolsonaro que eu conheci em 2014. O que está acontecendo é



que ele está sendo tratado como popstar. Não foi ele que criou isso, foram esses grupos de militância virtual que se organizam. A gente nem sabe de onde saiu o apelido de mito. Não foi uma coisa de marqueteiro. Outra frase #émelhorJairseaconstumando. Não foi a gente que bolou. Aparece. Às vezes, essa militância acaba criando esse personagem. Ele continua no mesmo gabinete, recebendo as pessoas” (Entrevistado C).

Valores

Uma das questões que os entrevistados mais defendem desta nova direita é que estaria protegendo os valores que têm sido perdidos no Brasil, depois de tantos anos de governo de esquerda. **Família, religião, disciplina, autoridade, ética** são questões que agora podem ser discutidas de novo, mas que durante muito tempo estavam fora do debate público. As questões morais trazidas à tona pelo MBL, na sua dinâmica de guerras culturais, aparecem em várias entrevistas como exemplo de debates que deveriam ser feitos. Além de corrupto, o governo do PT é visto como um governo que provocou a desmoralização progressiva do país ao se colocar contra os princípios da tradição e dos costumes.

“Eu não gosto muito desses meninos do MBL, mas eles têm razão. A gente tem de falar do que está acontecendo nas escolas, eu não quero que meu filho seja doutrinado e no dia de amanhã vire um maconheiro, esquerdista. Eu quero que ele aprenda valores. E essa coisa da pedofilia, vai me dizer que não é importante? A gente está numa crise moral”. (Entrevistado A).

“Ele (Bolsonaro) é um cara de valores, de família, de princípios, religioso. Isso é muito importante. No fundo, a crise de Brasil é uma crise de valores. Ninguém respeita mais nada”. (Entrevistado E).

Uma questão muito comentada é o menosprezo do campo progressista com posturas religiosas, fundamentalmente, com evangélicos.

“Eu sou evangélica, vou à igreja porque sinto paz, gosto de lá, e parece que a gente tem de pedir perdão às vezes. Evangélico é burro, evangélico só vota no que diz o pastor. Eu me meto na vida deles?” (Entrevistada M).

Um dos assuntos que a direita mais radicalizada sempre utiliza como retórica no debate sobre seus valores e fundamentos éticos é a **reinterpretação da ditadura**, fazendo a releitura de que na ditadura a vida era mais segura e disciplinada e na democracia a vida é muito mais insegura, *uma bagunça, libertinagem*. Democracia seria um sistema caótico no qual os corruptos governam, aberto para qualquer excesso e o cidadão de bem sente-se desprotegido. A ressignificação da ditadura num período saudoso em que o cidadão de bem era protegido pelo Estado e imperava a ordem e não a confusão. Nem todos os entrevistados defendem uma possível intervenção militar, mas o fato é que a maioria deles não condena esta ideia, dado que os militares são um dos poucos atores sociais que ainda têm legitimidade para trazer de volta os valores tradicionais esquecidos.

“Na ditadura tinha mais segurança. A gente tem liberdade de expressão agora, sim, mas não temos direito de ir e vir. Aqui na periferia pelo mesmo, não temos. Talvez seria bom colocar os militares temporariamente, porque agora a gente está sendo liderada por bandidos”. (Aluna2, 15 anos).

“Eu sempre aprendi na minha casa que não houve golpe militar, teve uma intervenção necessária. Tinha tortura? Sim. Mas era um estado de guerra. Será que não precisava? Mas agora um golpe, agora não, porque não



resolveria. Se tivesse um momento seria agora, porque o general Villas Boas é excelente, um dos melhores que o exército já teve, ele estaria no comando, mas ele não é burro, sabe que agora não tem espaço para isso. Se resolvesse, eu mesmo pegaria as armas e vamos embora". (Entrevistado E).

São conhecidos por todos os ataques censores da nova direita brasileira à suposta doutrinação que professores de esquerda fariam nas escolas. O projeto de lei Escola Sem Partido é a mais viva representação desta perseguição macarthista. A ideia de que escolas e universidades estão tomadas por professores que pregam o marxismo, o comunismo, as teorias de esquerda e que, em vez de ensinar, doutrina alunos, em um processo sectário, é algo que tem se espalhado muito na opinião pública e ganhado apoios. O **anticientificismo** é uma característica importante desta nova direita brasileira, que considera a intelectualidade inimiga. Os entrevistados, porém, não consideram isto um ataque ou um problema, pelo contrário, enxergam esta postura como uma forma de defender os valores tradicionais, que são continuamente colocados em risco pela esquerda. Portanto, onde muitos de nós enxergamos posturas de patrulhamento ideológico ou censura acadêmica, os entrevistados enxergam preocupação com o cuidado e a proteção da moral e os bons costumes.

"A gente sabe que vocês são todos de esquerda e influenciam muito os alunos. Nesses cursos de vocês de sociologia, história, só tem professor comunista. Sala de aula é para ensinar todas as ideologias não só as que vocês querem. Por isso, Escola sem Partido é bom, porque garante a liberdade em sala de aula e protege o aluno contra os professores que só querem captar alunos para o PT, ou, não, sei, para o PSOL". (Entrevistada E).

"Vocês professores dizem sobre a censura do MBL, da Escola sem Partido. Censura, gente? Censura sofremos nós, que queremos que nossos filhos sejam educados em valores éticos e não podemos nem falar porque a esquerda diz que somos fascistas". (Entrevistada L).

De Lula a Bolsonaro

Vários dos entrevistados que proclamam seu voto em Bolsonaro, em 2018, admitiram ter votado no PT durante seus primeiros mandatos. Quando questiono o porquê, a maioria coincide: porque pensavam que Lula seria um líder que mudaria o país, estava perto do povo, era carismático, alguém diferente dos políticos de sempre e porque pensavam que ele não era corrupto, ou seja, argumentos muito parecidos com os colocados, hoje em dia, quando tratam da figura de Bolsonaro: proximidade, carisma e honestidade. Quando questiono a distância ideológica, programática, biográfica dos dois, isso parece não ser levado em consideração. O personagem parece ser mais relevante que o sujeito político. Especialmente interessantes são as falas dos entrevistados, que nasceram ou moram em regiões periféricas de São Paulo. Todos eles coincidem também em se sentirem traídos, enganados pelo PT, principalmente pela questão da corrupção e pelo seu afastamento da população: *pensava que o Lula era honesto e próximo das pessoas. Hoje sei que ele é o maior ladrão de Brasil e agora penso que Bolsonaro é quem de verdade é honesto e próximo das pessoas* (Entrevistado D).

Entrevistada M: Eu votei no Lula as duas vezes. Ele é um líder. Reconheço isso. Fez coisas importantes, não dá para negar. Eu votei nele mais porque parecia um cara diferente, era um cara do povo, não sei, parecia boa gente, mas no final ele mostrou que é como todos, um ladrão. Por isso agora voto no Bolsonaro porque ele sim, ele é diferente.



Pesquisadora: Mas Lula é de esquerda e o Bolsonaro de direita. Suas políticas são muito diferentes.

Entrevistada M: Eu não entendo disso, de ser de direita ou de esquerda. Para mim não existe isso. São todos iguais. PT, PSDB, não tem esquerda nem direita. No fundo, são todos amigos. Votei no Lula porque gostava dele, mas agora não dá. Agora o único que vale e que é diferente desses ladrões é o Bolsonaro.

Entrevistado A: Uai, PT, PT. Cadê o PT na periferia?

Pesquisadora: E Bolsonaro está na periferia?

Entrevistado A: Nossa, ele é um cara muito mais próximo, gosta da gente e se preocupa pela insegurança que nós vivemos. Acha que esses caras do PT se preocupam com a gente. Que nada. Eu pensava que antes sim, mas desde que chegaram ao poder. Escuta o que eu te falo, o poder acaba com todos. Quem sabe se Bolsonaro ganhar, talvez acabe com ele também.

Em paralelo, um assunto que aparece recorrentemente nas entrevistas com pessoas de regiões periféricas, mas que foram beneficiadas pelas políticas de inclusão dos governos petistas, o aumento de emprego e renda é seu autoenquadramento como classes médias, ou classes consumidoras e a naturalização de valores típicos das classes médias como a adesão ao combate a corrupção ou a rejeição a programas de inclusão social, dos quais eles mesmos foram beneficiados direta ou indiretamente. A rejeição ao PT por estes grupos tem muito a ver com a construção de uma nova identidade, diferente à de periférico, pobre ou excluído. Como um taxista me disse um dia *eu não voto no PT porque quem vota no PT é pobre, a nova classe média vota no PSDB.*

Muito significativo a este respeito é a entrevista com M, que reconhece morar numa região periférica, mas ao mesmo tempo diz que:

Entrevistada M: Eu não sou mais pobre. Eu subi na vida.

Pesquisadora: E como foi isso? Acha que os programas do governo Lula ou a geração de emprego durante seu governo tiveram algo a ver?

Entrevistada M: (visivelmente incomodada com a pergunta): Não! Teve nada. Teve a ver meu trabalho e o de meu marido, o esforço da gente.

Pesquisadora: A senhora pensa, então, que melhorou de vida por mérito seu e de seu marido?

Entrevistada M: Mas é claro! Por isso não voto mais Lula que só fala em pobre, em pobre, e parece que a gente tem de agradecer alguma coisa. Não. Votei no Dória. Agora não gosto tanto, mas antes gostava. Ele entendia essa coisa da gente vir de baixo e trabalhar e ser alguma coisa na vida.

Conclusões

Os resultados desta pesquisa mostram as razões que levam os cidadãos brasileiros a apoiarem a nova direita. Com frequência, setores progressistas menosprezam estas posturas por considerarem que “pobre que vota na direita é burro”, “seguidor de Bolsonaro é burro” e por aí vai. É um grande erro caricaturar ou desestimar a importância de um fenômeno que tem densas raízes sociais e que pouco tem de trivial ou transitório. Em nível internacional, esta nova direita ou direita alternativa está se transformando num protagonista político. O que a análise teórica, assim como os empíricos demonstram, é que esta direita tem bases sociais e política sólidas nas quais se fortale-



ce: crise democrática, crise representativa, crise econômica, incapacidade dos partidos da esquerda tradicional de dar repostas aos cidadãos, aumentos da retórica antipolítica, populismo do combate contra a corrupção, crise da segurança pública. O primeiro passo para combater posturas antidemocráticas, que colocam em risco o avanço nos direitos e garantias fundamentais, é entender este processo em toda sua complexidade e multidimensionalidade.

Bibliografia

Drolet, J-F. **American neoconservatism: the politics and culture of a reactionary idealism.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

Hawley, G. **Making sense of the alt-right.** New York: Columbia University Press, 2017.

Giordano, V. Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? *Nueva Sociedad*, n.º 254, p.46-56, 2014.

Weyland, K. “Neopopulism and neoliberalism in Latin America: how much affinity?” *Third World Quarterly*, p. 1095-1115, 2003.

Urban, M. **El viejo fascismo y la nueva derecha radical.** Barcelona: Sylone, 2014.

Brown, Wendy. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and Democratization.” *Political Theory*, Vol. 34, n.º 6 (Dec. 2006), pp. 690-714.

Butler, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Casara, Rubens. **Estado pós-democrático-neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Castel, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Vozes, Petrópolis: Vozes, 2005.

Crouch, C. **Post-démocratie.** Zurique: Diaphane, 2013.

Coelho, R. **Por um fio: o sofrimento do trabalhador na era do capitalismo flexível.** Jundiá: Paco Editorial, 2013.

Debord, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Du Bois, W. E. B. **Black reconstruction; an essay toward a history of the part which black**



folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880. New York: Russel & Russel, 1956.

Innerarity, D. **A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia.** Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

Manin, B. **The principles of representative government.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Mbembe, A. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

Mbembe, A. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

Rodriguez, E. **Justicia Mediática.** Buenos Aires: Ad Hoc, 2000.

Rosanvallon, P. **El buen gobierno.** Buenos Aires: Manantial, 2016.

Laval, C, Dardot, P. **A nova razão do mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Laclau, E. **La razón populista.** Madrid: Fondo de cultura económica de España, 2005.

Mais textos sobre nova direita e neoconservadorismo

Dominguez, F, et all. **Righth –wing politics in the new Latin America: Reaction and Revolt.** London-New York: Zed Books, 2011.

Kirk, R. **The conservative mind: from Burke to Elliot.** Seventh Edition. New York: Gateway, 2014 (1986).

Luna, C.P, Rovira, C. **The resilience of the Latin American Right.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

Rodriguez, E., Arbide, H. **¿Nueva derecha? O la reivindicación del populismo frente al vacío de la izquierda.** Barcelona: Cuadernos Archipiélago, 2006.

Segrera, F (org.) **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha.** Buenos Aires: CLACSO, 2016.

Velasco e Cruz, S. et all (org), **Direita, volver!** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Dossiê As direitas no Brasil. *Revista Perseu. História, memória e política*, n.º 11, ano 7, fevereiro 2016.



Autora

Esther Solano Gallego é Professora Doutora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Mestrado Interuniversitário Internacional de Estudos Contemporâneos de América Latina da Universidad Complutense de Madrid. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madri. Associada ao grupo de pesquisa Laboratório de Análises Interdisciplinares e Análise da Sociedade (LEIA-Unifesp).

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13° andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-035-0

